

HABEAS CORPUS 130.008 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
PACTE.(S)	: EDISON PEREIRA RODRIGUES
IMPTE.(S)	: EDUARDO DE VILHENA TOLEDO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DO CARF

DECISÃO

HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. ALTERAÇÃO DO QUADRO FÁTICO-JURÍDICO. PERDA DE OBJETO DA PRESENTE IMPETRAÇÃO. HABEAS CORPUS PREJUDICADO.

Relatório

1. *Habeas corpus*, com requerimento de liminar, impetrado por Eduardo de Vilhena Toledo e outros, advogados, em benefício de Edison Pereira Rodrigues, contra ato do “*Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF, Senador Ataídes Oliveira*”.

2. Os Impetrantes informam que “*o paciente foi convocado a participar de reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF, instalada como decorrência da cognominada Operação Zelotes, por sua vez deflagrada no âmbito da Justiça Federal (na qual o paciente é investigado), ato a realizar-se no dia 27/08/2015, às 9hs, isto é, na próxima quinta-feira*”.

Ressaltam que “*o paciente encontra-se prestes a comparecer perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF, instalada no Senado Federal, oportunidade em que se pretende ouvi-lo sobre fatos que se encontram em fase preliminar de investigação e, inclusive, sob segredo de justiça*”.

Alegam que “*o paciente sente-se no dever de resguardar suas garantias*

HC 130008 / DF

constitucionais, notadamente a que lhe assegura a proteção dos direitos individuais, o direito ao silêncio e a incolumidade do princípio da dignidade da pessoa humana”.

Informam que

“receberam, na sexta-feira, 21/8/15, e na data de ontem, 24/8/15, mediante correspondência eletrônica enviada por Felipe Costa Geraldes, Secretário de Comissão da Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito – COCETI, cópias de expediente que convoca Edison Pereira Rodrigues para reunião do Colegiado a realizar-se na quinta-feira, dia 27/8/15, a partir de 9 horas [, assinalando que] os impetrantes não possuem poderes para receber intimações, de modo que a convocação deve ser feita pessoalmente ao paciente”.

3. Os Impetrantes invocam doutrina e precedentes deste Supremo Tribunal (*Habeas Corpus* ns. 73.035, Relator o Ministro Carlos Velloso, DJ 19.12.1996; 102.403, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 2.2.2010; e 128.837, de minha relatoria, DJ 15.6.2015).

4. Afirmam preenchidos, na espécie vertente, os pressupostos da liminar, requerendo o deferimento nos termos seguintes:

“a) seja concedido ao paciente o direito de ser assistido por seu advogado e de comunicar-se livremente com este durante a sua inquirição;

b) considerando a qualidade inequívoca de investigado, que o paciente seja dispensado da assinatura de eventual termo de compromisso legal de testemunha;

c) seja concedido salvo-conduto ao paciente para que, quando de seu depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do CARE, possa valer-se da garantia constitucional do silêncio em toda a sua plenitude, excluída a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício de tais prerrogativas processuais.

(...)

HC 130008 / DF

Ante todo o exposto, pede-se e espera-se o deferimento da liminar requerida, assegurando-se a intimação pessoal e formal do paciente para comparecer à CPI”.

No mérito, pedem “seja a ordem concedida, na amplitude requerida”.

5. Em 25.8.2015, deferi parcialmente a liminar requerida, para assegurar ao Paciente, ao ser inquirido pela “Comissão Parlamentar de Inquérito do CARF”: a) o direito de ser assistido por e comunicar-se com seus advogados durante a inquirição, garantido-se-lhes as prerrogativas previstas na Lei n. 8.906/1994; e b) o direito de permanecer em silêncio quanto ao conteúdo de perguntas sobre a matéria investigada, de não assinar termos nem firmar compromisso na condição de investigado ou de testemunha, em contrariedade àquele direito, garantindo-se contra a autoincriminação (art. 5º, inc. LXIII, da Constituição da República), excluía a possibilidade de ser submetido a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos pelo exercício dessas prerrogativas constitucionais processuais.

Examinada a matéria posta à apreciação, **DECIDO**.

6. Expedido o salvo-conduto em favor do Paciente, foi satisfeito o requerido na inicial.

Consta do sítio eletrônico do Senado Federal que, em 3.9.2015, o Paciente prestou depoimento na Comissão Parlamentar, tendo sido resguardados os direitos liminarmente deferidos na presente ação.

Constata-se, dessa forma, a perda superveniente do objeto deste *habeas corpus*. Confirmam-se as decisões monocráticas proferidas nos *Habeas Corpus* ns. 115.785, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ 16.8.2013; 128.841, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJ 12.8.2015; 129.117, Relator o Ministro Teori Zavascki, DJ 1º.9.2015; e 129.071, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ 23.9.2015.

HC 130008 / DF

7. Pelo exposto, em razão das mudanças processadas no quadro fático-jurídico após a impetração, **julgo prejudicado o presente *habeas corpus*, pela perda superveniente do objeto** (art. 21, inc. IX, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, art. 38 da Lei n. 8.038/90 e art. 659 do Código de Processo Penal).

Publique-se.

Arquive-se.

Brasília, 1º de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora